

Comissões

PERMANENTES

COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

ATA DA 10ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos trinta dias de julho de dois mil e vinte e dois, às dez horas e trinta minutos, na sede do Instituto Estadual do Ambiente/INEA na Vila do Abraão, Ilha Grande, Angra dos Reis, reuniu-se a Comissão de Defesa do Meio Ambiente, constituída através do Ato E/GP/N 30/2021, sob a presidência do Senhor Deputado Gustavo Schmidt, presidente deste órgão técnico, com a presença de representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, para a realização da 10ª Audiência Pública, nos termos do Edital publicado em primeiro de julho de dois mil e vinte e dois, com o seguinte tema: "ILHA GRANDE: INSUSTENTABILIDADE AMBIENTAL". Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, enfatizou que audiência pública é um dispositivo que dá voz para todos, lembrando que esta Comissão realizou diligências anteriores na Ilha Grande, em conjunto com o CPAM, a Capitania dos Portos e o Inea, e que espera poder concluir com ideias e proposições efetivas em cima de tudo o que foi visto e relatado. Acrescentou, ainda, que várias ações já foram empreendidas, citando o projeto de lei de sua autoria que propõe a retirada da ilha de todo o material plástico, como já ocorre em Fernando de Noronha, de forma de proteger ainda mais a Ilha Grande, e que, além de outras proposições legislativas, foram enviados trinta e oito ofícios, indicando e cobrando ações pontuais aos órgãos competentes, visando à sustentabilidade ambiental da Ilha Grande. Em prosseguimento, o Senhor Presidente franqueou a palavra aos membros da mesa e aos demais participantes, principiando proveitoso debate, do qual tomaram parte o Tenente Fabiano, representando a Marinha do Brasil; o Sargento RICARDO, da 4ª UPAM, representando o Comando de Polícia Ambiental/CPAM; o Gestor do Parque Estadual da Ilha Grande/PEIG, Cláudio Barcelos; a Gestora da Área de Proteção Ambiental de Tamoiós/APA Tamoiós-INEA, Krishna Koshiyama; o representante do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável/CEADS-Uerj, Lucas Martins e moradores da localidade, com participação ativa nas discussões, que trouxeram importantes contribuições para o debate. Dentre as questões levantadas, iniciando pela moradora Nice Matoso, que reclamou da precariedade de serviços de conservação na área próxima à escola na Vila do Abraão, de serviços básicos de saneamento, que para tudo é preciso pedir licença ao Inea, ficando um jogo de empurra, que há uma árvore em cima da escola necessitando de poda, que está prejudicando a vida dos moradores, que o morro caiu, que a Defesa Civil disse que ia lá, mas até hoje nada, que a escola está horrível, ao que o gestor do parque esclareceu que se trata de uma figueira gigante, que já foram realizadas diversas podas, mas que a questão é que as casas estão dentro da unidade de conservação, dentro do parque, sendo uma área de conflito, que já existe processo de desabitação; em seguida, falou Leticia Bortolon, que tem acompanhado a discussão no grupo do WhatsApp há alguns meses sobre as questões ambientais na Ilha Grande, agradece a audiência mas aponta para a dificuldade de disponibilidade da população local de comparecer na audiência em virtude de ser num sábado de manhã, em que geralmente estão ocupados com atividades relacionadas ao setor turístico, atentando ainda que os debates nas reuniões têm sido repetidos e que todos já sabem quais são os problemas enfrentados, que não se tem resultado prático, que é imperiosa a presença da prefeitura municipal, e que está a falar de um diálogo de outro nível com o poder público, que não há saneamento básico decente na ilha e nada acontece, que é mais fácil obter audiência com a Enel do que com o gestor público, que há o cheiro de esgoto, que é preciso análise, que há o problema gigantesco em relação ao lixo e o tratamento das águas, fora todos os outros problemas, quando se agrega à sustentabilidade as questões do turismo, são problemas de falta de regulação, de fiscalização dos marítimos, o limite de capacidade da Baía de receber cada vez mais embarcações, informa que já foi feito um excelente trabalho de diagnóstico da situação, com levantamento fotográfico, mas as soluções parecem perder a velocidade diante dos problemas, que em relação à questão do esgoto, a Prefeitura vai dizer que recebeu os compactadores mas não é sobre compactar, mas sobre a forma como é gerado esse lixo e tratado, não só os resíduos descartáveis mas os resíduos orgânicos também, que precisa de um tratamento específico, gerando poluição de toda natureza, inclusive sonora, então é preciso definir se o que se quer é um turismo que devasta tudo ou atrair um turismo adequado a um parque de unidade de conservação ambiental, concluindo que se trata de uma questão longa e profunda, que se trata dos mesmos assuntos discutidos por ocasião do projeto Orla, ressaltando que falta diálogo, bem como acordos concretos com perspectivas de ação. O representante da Capitania dos Portos esclareceu que já foi pior, que no período da pandemia a areia tomada de barco, que é preciso uma reunião do poder público com a população da Ilha Grande para definir a questão de qual é a natureza do Turismo que se quer, pois há conflitos de interesses entre a comunidade, a unidade de conservação. Na sequência, fez uso da palavra o Sr. Bruno Fernandes, que trabalha como guia, afirmando que o turismo depende da biodiversidade, de que toda a área esteja protegida integralmente, mas que o projeto da prefeitura, na verdade é um projeto do Ministério do Turismo, que abrange várias áreas, muitas vezes descaracterizando, tomando como exemplo um empreendimento de nome Parque Ecológico da Lagoa Azul, que apesar do nome, não estava aprovado, não estava licenciado pelo Inea, assim como outros grandes empreendimentos que estão sendo feito justamente em comunidades menores que não têm tanta voz, e que as pequenas destruições são o que causam maior impacto, cada praiazinha que quando se vê está cheia de lixo, nesse ponto citando o projeto de lei referente à extinção do material plástico na Ilha, alertando que além do resíduo plástico gerado na Ilha, muitas vezes a maré traz lixo de outros lugares do Brasil e do mundo, ao que o Deputado Gustavo respondeu que não tem competência para barrar o descarte de lixo plástico no mundo, mas que é preciso fazer a nossa parte, o que cabe na

ilha e que é necessário um trabalho de conscientização. Ainda nessa linha, a gestora Krishna endossou a questão dos microlixos que vêm com a maré, que é importante que seja proibido na Ilha, acrescentando o gestor do PIEG que o plano de ação anual contempla diversos mutirões de limpeza, sem contar o trabalho diário realizado por pequenos grupos. Dentre os moradores, foi apresentada a sugestão de se fazer um trabalho de conscientização, de educação ambiental, nas entradas das embarcações que vem para a Ilha Grande, o que foi apoiado pela Verônica da Matta, que referindo-se a trabalho realizado na Ilha do Mel, há mais de vinte anos, reforçou a necessidade de conscientização nas barcas explicando quais as regras da Ilha, sobre a questão do lixo, etc., com vistas à conscientização. Dando continuidade, o gestor do PIEG questionou que as taxas que os transatlânticos pagam para a prefeitura não é reinvestido no local, ficando a Ilha somente com o ônus, ao que a Verônica da Matta informou que tramita um projeto de lei do deputado Gustavo Schmidt que prevê que parte do valor arrecadado deve ser investido no próprio local, no município onde houve o impacto. Em continuação, o gestor do Parque acenou que está na época da revisão do Plano de Manejo, podendo-se incluir o regramento de como se fará o trânsito na Ilha, assunto que foi acrescentado com reflexões da Verônica da Matta, que fez também suas considerações sobre o projeto Orla. Falou-se também da dificuldade de se realizar o censo demográfico, devido à oscilação dos moradores na Ilha, que muitas vezes retornam apenas para dormir, sugerindo-se que os moradores transfiram os títulos de eleitor para a Ilha para apresentarem representatividade. Outro morador, Sr. Frederico, citou a falta de memória, de registros das inúmeras reuniões realizadas, que a questão da sustentabilidade é tão relevante, é preciso saber se realmente é prioridade a proteção do meio ambiente, pois quando se chega ao âmbito da gestão percebe-se que não existe esse engajamento do poder público, que é preciso estudar melhor a própria unidade de conservação, que inclui a APA, o Parque Estadual, a Secretaria Executiva da Ilha Grande, é perceptível a dificuldade dos gestores de cumprirmos com a sua missão, que a Ilha é um mosaico de unidade de conservação e que falta de um fórum, um espaço de interlocução de todos os gestores junto com a população, se houvesse cooperação o resultado seria bem melhor, atentando para o risco de se cair mais uma vez nas questões burocráticas. Além da sugestão da criação do fórum, acrescenta o grande problema do saneamento, da poluição dos cursos d'água, dos vazamentos de esgoto, problema que já vem de décadas, denunciando que a estação de tratamento na verdade não está funcionando e que existe a necessidade de investimento, e que não acredita na falta de recursos, visto que o município de Angra tem um orçamento dos mais elevados, detalhando as obras necessárias, encaminhando no sentido da questão do saneamento, que depende de investimento. Falou-se ainda da necessidade de se acompanhar o processo de concessão do transporte aquaviário na região, bem como a questão da energia elétrica, lembrando a reunião havida com a Enel, que ficaram retornar e nunca trouxeram solução com relação à instalação da subestação, concluindo que a velocidade do poder público está longe de atender a necessidade do cidadão. Nas considerações finais, concordou-se com o encaminhamento no sentido da formação de um núcleo de debates entre a população e os órgãos públicos, do trabalho de cooperação entre os órgãos, da necessidade de aumento de efetivo da polícia ambiental na localidade, na necessidade de fortalecimento da atuação dos guardaparques, de incremento do corpo técnico. Fazendo uso da palavra, o coordenador Gerhard Sardo considerou nos trinta anos que acompanha a Ilha Grande, muito pouca coisa evoluiu em termos de infraestrutura em termos de IEF, Inea, da gestão, que se trata de situações de deficiência estrutural que se arrastam durante décadas, tendo identificado como o pior inimigo da Ilha Grande a prefeitura municipal, quem quer que fosse o prefeito, e que infelizmente em 2011 aprovou-se uma lei a nível federal, a Lei Complementar 140 que foi podando as competências do IBAMA, do Inea e jogando a responsabilidade de licenciamento para as prefeituras, o maior adversário do meio ambiente, não só aqui, mas em todos os outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, concluindo que considera fundamental o resgate do papel institucional do Inea, do IBAMA, trazê-los à responsabilidade e caracterizar as omissões dos municípios, na omissão do município o Inea tem que entrar, na omissão do Inea, o Ibama tem que entrar, e assim a gente vem cobrando sucessivamente, que os órgãos que estão de frente, o Cpm, tenham essa interlocução, que podem fazer através da Comissão do Meio Ambiente, e que é fundamental que essa relação de diálogo permaneça e que evolua cada vez mais com ações concretas. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Audiência Pública, da qual, para constar, eu, Lina Paula Costa Carneiro, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, trinta de julho de dois mil e vinte e dois. Deputado Gustavo Schmidt, Presidente; Lina Paula Costa Carneiro, Secretária, matrícula 200.932-2.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às dez horas, por meios digitais, conforme Art. 6º do Ato "N" /MD/nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020, reuniu-se a Comissão de Educação, com a presença dos Deputados FLÁVIO SERAFINI - Presidente, MARTHA ROCHA, membro efetivo, e, WALDECK CARNEIRO, membro suplente da deste órgão técnico. Havendo número regimental, o Deputado FLÁVIO SERAFINI agradeceu a presença de todos e declarou aberta a 2ª Audiência Pública, conforme edital de convocação publicado em 14.05.2021. Dando início aos trabalhos, o Deputado Flávio Serafini comunicou que a presente audiência tem por objetivo realizar o Lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação - Conape, no Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, o Senhor Presidente registrou a presença dos seguintes convidados: Diretor Nacional de Política Administrativa de Educação, Senhor Luiz Fernandes Dourado; Coordenadora Geral do Fórum Estadual de Educação (FEE-RJ), Professora Malvina Tuttmann; Secretário Executivo do FEE-RJ, Professor José Carlos Madureira Siqueira; representante do Sinpro-Rio, Professora Ana Lucia; representante da ABdC, Senhor Alexandre Garcia; representantes da CNTE, Professores Heleno Araújo e Odiseia Carvalho; Coordenador do Fórum Nacional Popular de Educação, Professor Heleno Manuel Gomes Araújo Filho; Coordenador do UNCME, Professor Jorge Fernandes; Professor da Uerj, Se-

nhor Luiz Fernandes Sangenis; representante da CONTEE, Senhora Guilhermina Rocha; representante da Fesep/CTB, Senhora Odete Rocha; representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação-RJ, Professora Maria Teresa Avance; representante da CUT, André Marinho; representante da UEE-RJ, Bell Bezerra; Diretor da Uppes, Professor Raymundo Stelling Júnior; representante do Fórum de Educação Infantil, Professora Mel Cardoso; representante da CNBB Setor Educação, Professor Sérgio Maia; Professora Janaina Menezes (FEE-RJ); Professora Denisa Corecha; Professora Graciete Nunes; Professora Sandra Teixeira; Professora Luana Atanazio; Professora Nilza Moita; Professora Nicole Viana; Professor Sandro Maia; Assessora da Deputada Dani Monteiro, Ivonete. Prosseguindo, o Senhor Presidente franqueou a palavra a todos os inscritos, que fizeram suas considerações sobre o assunto, dando-se um amplo debate. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Flávio Serafini agradeceu a participação de todos e suspendeu a reunião para que eu, Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, Secretária, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida e aprovada, sendo assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões (meios digitais), em dezessete de maio de dois mil e vinte e um. (a) Lucia Helena C.N. da Gama, Secretária, matrícula 201,127-8; Deputado FLÁVIO SERAFINI, Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às dez horas, por meios digitais, conforme Art. 6º do Ato "N" /MD/nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020, reuniu-se a Comissão de Educação, com a presença dos Deputados FLÁVIO SERAFINI - Presidente, RUBENS BOMTEMPO - Vice-Presidente, RUBENS BOMTEMPO - Vice-Presidente, e ROSANE FÉLIX, membros efetivos e WALDECK CARNEIRO, SÉRGIO FERNANDES e DANI MONTEIRO, suplentes deste órgão técnico. Havendo número regimental, o Deputado FLÁVIO SERAFINI agradeceu a presença de todos e declarou aberta a 3ª Audiência Pública, conforme edital de convocação publicado em 25.05.2021, informando que a presente audiência terá por objetivo debater a pauta econômica/salarial dos Profissionais da Educação vinculados à Secretaria de Estado de Educação - Seeduc. Dando início aos trabalhos, o Deputado Flávio Serafini registrou a presença dos seguintes convidados: Excelentíssimo Secretário de Estado de Educação (Seeduc), Professor Comte Bittencourt; Procurador da Seeduc, Doutor Marcus Vinícius Barbosa; Superintendente de Gestão de Pessoas da Seeduc, Senhor Cristiano Machado; Superintendente de Gestão Administrativa da Seeduc, Senhor Tadeu Cavalcanti; Subsecretária de Estado de Fazenda, Senhora Elizabeth Mauro; representação dos inspetores de alunos: Inspetor José Machado V. Franco e Auxiliar de Secretaria, Senhor Carlos Alberto dos Santos Gonçalves; representação da Pauta Migração 30h: Professora Cristiane Belga Tomé Machado e Professor Alexandre Botelho; Coordenadores do Sepe, Professores Luiz Guilherme, Flávio Lopes e Isabel Costa; Diretores da Uppes, Professora Luciane Azevedo e Professor Raymundo Stelling Júnior. Prosseguindo, o Senhor Presidente franqueou a palavra a todos os inscritos, além dos Senhores Deputados presentes, que fizeram suas considerações, dando-se um amplo debate, com importantes contribuições sobre tema. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Flávio Serafini agradeceu a participação de todos e suspendeu a reunião para que eu, Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, Secretária, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida e aprovada, sendo assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a audiência em seguida. Sala das Comissões (meios digitais), em vinte e seis de maio de dois mil e vinte e um. (a) Lucia Helena C.N. da Gama, Secretária, matrícula 201,127-8; Deputado FLÁVIO SERAFINI, Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às dez horas, por meios digitais, conforme Art. 6º do Ato "N"/MD/nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020, reuniu-se a Comissão de Educação, com a presença dos Deputados FLÁVIO SERAFINI - Presidente, NOEL DE CARVALHO, membro efetivo; WALDECK CARNEIRO e SÉRGIO FERNANDES, suplentes deste órgão técnico. Havendo número regimental, o Deputado FLÁVIO SERAFINI agradeceu a presença de todos e declarou aberta a 4ª Audiência Pública, conforme edital de convocação publicado em 22.06.2021, informando que a presente audiência terá por objetivo debater sobre o Projeto de Lei nº 3030/2022, de autoria do Poder Executivo, que DISPOE SOBRE A COMPOSIÇÃO DE CLASSE DE DOCENTE 1, PREVISTA NA LEI Nº 1614, DE 24 DE JANEIRO DE 1990, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Dando início aos trabalhos, o Deputado Flávio Serafini registrou a presença dos seguintes convidados: Excelentíssimo Secretário de Estado de Educação (Seeduc), Senhor Alexandre Valle; Subsecretária de Gestão de Ensino da Seeduc Professora Joliza Rangel Abreu; Superintendente da Secretaria de Estado de Fazenda, Senhor Allan Santos; Coordenadores do Sepe, Professores Gustavo Miranda e Flávio Lopes; Diretor da Uppes, Professor Raymundo Stelling Júnior; representante da Associação dos Diretores de escolas Públicas do Estado do Rio de Janeiro (Aderj), Professora Gilcelia Coelho da Silva; Professora Cristiane Belga. Prosseguindo, o Senhor Presidente franqueou a palavra a todos os inscritos, além dos Senhores Deputados presentes, que fizeram suas considerações, dando-se um amplo debate, com importantes contribuições sobre tema. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Flávio Serafini agradeceu a participação de todos e suspendeu a reunião para que eu, Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, Secretária, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida e aprovada, sendo assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a audiência em seguida. Sala das Comissões (meios digitais), em vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e um. (a) Lucia Helena C.N. da Gama, Secretária, matrícula 201,127-8; Deputado FLÁVIO SERAFINI, Presidente.

Id: 2454779

CANALS DE ATENDIMENTO

SAC IOERJ
Serviço de Atendimento ao Cliente
Atendimento de 2ª a 6ª das 8h às 16h

(21) 2717-7840
0800-284-4675
sac@ioerj.rj.gov.br

Publicações no D.O.
Agência Rio (21) 2332-6549
agerio.ioerj@gmail.com

Telefônica: (21) 2717-4141
Ouvieria
Atendimento de 2ª a 6ª das 8h às 17h
(21) 2717-5463
ouvieria@ioerj.rj.gov.br

Agência Niterói (21) 2717-4427
agenit.ioerj@gmail.com




Patricia Damasceno
Diretora-Presidente

Flávio Cid
Diretor Administrativo

Rodrigo de Mesquita Caldas
Diretor Financeiro

Jefferson Woldaynsky
Diretor Industrial

PODER LEGISLATIVO

Marcos Igrejas
Diretor-Geral de Assuntos Legislativos

Altamyr Almeida Corrêa
Diretor do Departamento de Atas, Publicações e Anais

DIÁRIO OFICIAL PARTE II - PODER LEGISLATIVO

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS:

As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio e Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO:

Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901
Tels.: (21) 2334-3242 e 2334-3244

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL

RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24 - Centro - Rio de Janeiro
Ed. Garagem Menezes Côrtes - Tel.: (21) 2332-6550 / (21) 2332-6549
Email.: agerio@ioerj.rj.gov.br
Atendimento das 8h às 17h

NITERÓI - Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81 - Centro - Niterói/RJ.
Tel.: (21)2719-2689 / (21)2719-2705
Atendimento das 8h às 17h

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:

cm/col _____ R\$ 132,00

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS:
Deverão ser dirigidas, por escrito, à Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: (21) 2717-7840.